



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

I – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Marisia, mãe de uma criança de 8 meses e professora do ensino fundamental de uma escola particular, no mês de janeiro de 2022, sofreu uma luxação em seu joelho esquerdo. Diante disso, fez consulta com o médico ortopedista que apontou a necessidade de cirurgia com urgência e prontamente buscando o hospital público do Distrito Federal para agendamento do procedimento.

A cirurgia foi marcada para a mesma semana de janeiro de 2022 e realizada na data prevista. Os pais da paciente foram comunicados e orientados a se encaminharem ao 2º pavimento do Hospital, onde lá ela iria se reestabelecer. Já em retorno ao quarto, recebeu alta hospitalar. Entretanto, para sua saída aplicaram uma segunda dose de antibiótico prescrito.

Quem acompanhava a saída de Marisia do centro cirúrgico era a enfermeira do hospital, servidora efetiva, Lara. Ela era responsável pelo armazenamento e distribuição das medicações e cilindros de oxigênio, em cada quarto do hospital. Contudo, naquele dia, Lara, de maneira negligente, com pressa para ir para sua casa, deixou de conferir se todos os quartos estavam abastecidos com os cilindros.

No aguardo de sua alta hospitalar, Marisia teve um mal súbito que causou dificuldade respiratória. A enfermeira que a socorreu no quarto não encontrou o cilindro de oxigênio, o que causou a Marisia, vários longos minutos sem oxigenação no cérebro. Os acompanhantes dos outros pacientes do mesmo andar procuraram em todos os quartos cilindros de oxigênio, tentando ajudá-la.

Em consequência disso, Marisia teve sequelas neurológicas e psicológicas que a afastaram do trabalho, conforme laudo emitido pelo médico da Previdência, atestando sua incapacidade por tempo indeterminado, em razão de dores de cabeças fortíssimas, além da perda da memória de curto prazo, que a partir de então vem sofrendo.

Munida com os documentos necessários a provar o alegado (laudos médicos, fotos aguardando a alta, e testemunhas), Marisia, preocupada com o sustento de sua família e em decorrência da urgência que o caso requer, procurou você para, na qualidade de advogado(a), tomar as medidas cabíveis, com vistas a obter a responsabilização Estatal, inclusive no ressarcimento dos gastos hospitalares e de medicações, que desde no mês da cirurgia até o presente momento (julho de 2022), já totalizam o valor R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Diante do exposto, redija a peça cabível para a defesa dos interesses de sua cliente, considerando que testemunhas poderão provar a negligência do hospital em disponibilizar cilindros de oxigênio nos quartos. Além disso, considere que sua cliente não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A organização religiosa “Centro Espírita”, além de finalidade religiosas, também se dedica a atividade de interesse público, como na ajuda de crianças em situação de risco, educação para os mais necessitados, alimentação e assistência médica para as pessoas de ruas, entre outras finalidades.

O Centro Espírita não conseguiu qualificação governamental como Organização Social (OS), nem como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), porém, pretende obter verbas estaduais para a promoção de suas atividades, bem como expandir seu leque de benefícios para toda a coletividade.

Com a formalização da parceria entre Centro Espírita e Estado X, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostos pela entidade paraestatal, ela passará a receber recursos financeiros.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

A) Qual seria o procedimento destinado a selecionar a entidade paraestatal para firmar a parceria com o estado X, e qual seria o instrumento de formalização da respectiva parceria? (Valor: 0,60)

B) Poderão ser alterados os valores ou as metas uma vez já definidos no plano de trabalho da parceria entre o Estado X e o Centro Espírita? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Durante um processo administrativo disciplinar no âmbito da administração pública federal, Pedro, servidor da Autarquia Pública Federal X, foi julgado por violação da segurança jurídica por determinadas transações feitas.

No julgamento, não deram oportunidade de que Pedro manifestasse o seu direito de defesa, vindo esse a recorrer por inaplicabilidade de Súmula Vinculante, mais especificadamente a de número 3.

Em sua defesa, Pedro alega que seria perseguição pessoal e que a administração pública deveria responder pelos seus atos.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

A) A Autarquia Pública Federal X pode oferecer o direito de defesa a Pedro e deixar de explicitar as razões da inaplicabilidade da Súmula Vinculante ao recurso? (Valor: 0,65)

B) A decisão do recurso administrativo poderá ser delegada? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Francisco, servidor público federal de cargo efetivo, deseja trabalhar em sua cidade natal, onde ficará perto de sua família. Entretanto, os únicos meios pelo quais possa acontecer seria ocorrendo um concurso público no município, que há anos não tem, ou, ser cedido para trabalhar em uma Sociedade de Economia Mista local.

Por ter conhecimentos dentro da Empresa Estatal, o superior de Francisco solicitou a cessão do servidor para que o mesmo trabalhe de forma comissionada.

Porém com todo o tramite e dúvidas sobre o tema, Francisco lhe procura para que na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

A) Acaso a remuneração da Sociedade de Economia Mista seja menor, poderá o servidor cedido optar pela remuneração do cargo efetivo federal? (Valor: 0,65)

B) Qual seria o instrumento para formalizar a cessão do servidor? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

O município X desapropriou um imóvel mediante declaração de utilidade pública. No decreto expropriatório continha expressamente que no local seria construída uma rodoviária para o funcionamento dos meios de transporte coletivo municipal.

Por conta de fortes chuvas que ocorreram na região, onde foram constatadas várias mortes ocasionadas pelas enchentes, o Prefeito do município X resolveu deixar a construção da rodoviária para outra oportunidade e aproveitar o decreto expropriatório para construir um cemitério municipal para as vítimas das fortes enchentes.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

A) O expropriado poderá exigir a retrocessão do bem? (Valor: 0,60)

B) Na parcela indenizatória, serão incluídos os direitos de terceiro contra o expropriado? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel

